

Contraponto à unanimidade

Uma das características da terceira campanha presidencial depois da re-democratização é a pobreza de nuances. Vota-se, de acordo com as pesquisas, majoritariamente pela reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso ou repudia-se o governo votando em Luiz Inácio Lula da Silva. A eleição tomou um caráter plebiscitário, preto ou branco, sem matiszes. Talvez por isso as pesquisas de hoje mostrem FHC e Lula praticamente na mesma posição do último confronto, as eleições de outubro de 1994, vencidas pelo primeiro com 44% dos votos, contra 22% para o petista.

Governo e oposição ampliaram suas respectivas alianças partidárias, excluindo do cardápio eleitoral o PMDB, o PPB e o PDT. Juntos, os três partidos somaram menos de 6 milhões de votos em 1994 e seus candidatos tiveram expressão apenas regional, mas talvez funcionassem como referência para o eleitor de 1998. O ex-governador Ciro Gomes tenta, até aqui sem sucesso, apresentar-se como alternativa à polarização FHC-Lula. Ainda não empolga eleitores de um nem de outro e está perdendo velozmente a mina de votos do Ceará, com reflexos negativos sobre seu desempenho nas pesquisas nacionais.

A surpresa da campanha acabou surgindo pela esquerda, com o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. Quem não conhece os mistérios do fundamentalismo trotsquista pode ler no PSTU apenas um erro de concordância, mas os iniciados sabem que o adjetivo unificado refere-se ao partido, não aos trabalhadores. A vitalidade do PSTU não se mede em pesquisas, mas em processos na Justiça Eleitoral. Com apenas uma semana na tevê, o partido já foi condenado a ceder dois programas nacionais e um regional para que o presidente Fernando Henrique Cardoso exerça o direito de resposta contra ofensas a ele dirigidas.

“É a prova de que estamos in-

comodando os poderosos”, festeja o militante José Maria de Almeida, 40 anos, candidato do partido à presidência da República. As sentenças da Justiça Eleitoral acrescentam míseros três minutos à propaganda da reeleição, mas funcionam para os trotsquistas como prova do “autoritarismo” de um governo avesso à crítica. Não haveria justiça, mas censura, sustentam.

A propaganda do PSTU parece ser feita com as pedras do muro de Berlim e, se provoca erisipelas no governo, deve ser pelo menos motivo de observação no PT de Lula. Foi de uma costela do PT que nasceu, sete anos atrás, a legenda sapeca e é para o eleitorado petista que o PSTU dirige sua mensagem. Em Brasília, cidadela do PT, a propaganda do partido bate tanto em Fernando Henrique quanto no governador Christovam Buarque.

O PSTU parte do mesmo diagnóstico que o PT para criticar o governo: o País estaria subordinado aos interesses do capital especulativo internacional, que teria a seu dispor uma política de juros suicida e um câmbio ensandecido. É na hora de aviar a receita que os trotsquistas radicalizam em relação aos “moderados” do PT: calote da dívida externa e interna (com exceção da poupança), reprivatização das estatais e expro-

priação dos latifúndios.

Para o companheiro Zé Maria, o PT sofre de acomodação profunda, que se reflete na campanha eleitoral desbotada do vermelho, e a máquina partidária está posta a serviço dos interesses da bancada parlamentar petista. É pouco provável que o PSTU consiga eleger mais do que um ou dois deputados federais, mas está usando com relativa competência a brecha que a legislação eleitoral *burguesa* lhe oferece no momento.

Pode-se pensar dos companheiros do PSTU que não passam de um bando de malucos – e eles dão bons motivos para isso. No entanto, são eles que fazem o contraponto às unanimidades.



■ Ricardo Amaral é jornalista

Com pedras do muro de Berlim, PSTU atira na “acomodação” e vira surpresa da campanha